

INTERPRETAÇÕES DO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS IDEIAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E CAIO PRADO JÚNIOR

*INTERPRETATIONS OF BRAZIL: A ANALYSIS COMPARISON
BETWEEN IDEAS OF FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
AND CAIO PRADO JÚNIOR*

Diogo Del Fiori

Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e
graduado em Economia pela mesma instituição.

E-mail: diogo_fiori123@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo propõe fazer uma comparação entre a visão de Fernando Henrique Cardoso e a de Caio Prado Júnior e identificar pontos de convergência entre as ideias de ambos – quando confrontados com a interpretação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defende a existência de restos feudais no Brasil e, consequentemente, uma revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e anti-imperialista, com foco na defesa da independência nacional. Caio Prado Júnior afirma que nunca houve feudalismo e o Brasil sempre esteve sujeito ao imperialismo, já Fernando Henrique Cardoso argumenta a relação de dependência da burguesia nacional perante a burguesia internacional. O ponto de divergência entre esses autores refere-se ao período em que o Brasil está subordinado: para Caio Prado Júnior, desde a colonização, com o imperialismo realizando seu domínio até épocas posteriores como o Império e a República, e, para Fernando Henrique Cardoso, desde a década de 1960 com a instalação das multinacionais.

Palavras-chave: Dependência; Burguesia; Marxismo.

Abstract

This article proposes a comparison between the vision of Fernando Henrique Cardoso and Caio Prado Júnior, identifying points of convergence between the ideas of both authors when compared with the interpretation of the PCB, which asserts the existence of feudal remnants in Brazil and consequently a revolution democratic-bourgeois content of anti-feudal and anti-imperialist with a focus on defense of national independence. For Caio Prado Júnior, there was never feudalism and Brazil has always been subject to imperialism and Fernando Henrique Cardoso argues the dependence of the national bourgeoisie against the international bourgeoisie. The point of divergence between both authors is the period in which Brazil is subordinate, and for Caio Prado Júnior has since colonization, imperialism with its rule making and later times as the era of Empire and Republic, and for Fernando Henrique Cardoso from the 1960s with the installation of multinationals.

Keywords: Dependence; Bourgeoisie; Marxism.

1

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo mostrar as diferenças entre as ideias de Caio Prado Junior e as de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a respeito do capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil. Suas abordagens são diferentes, porém coincidem quando comparadas com as ideias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – estas tiveram expressão na mesma época e estavam baseadas na revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e anti-imperialista e, conseqüentemente, na defesa da independência nacional. Neste trabalho, as ideias de Lidia Goldenstein (1998) e Bresser-Pereira (1989) serão abordadas com o intuito de enriquecer a comparação entre aqueles autores.

Apesar de originar-se do pensamento econômico de Campinas e de sua ênfase em uma concepção epistemológica endogenista, Lidia Goldenstein (1998) dá um passo adiante de outros autores da mesma escola, que perderam de vista a “dinâmica externa”. A crise da industrialização substitutiva e a aceitação das burguesias dependentes em abrir mão das esferas políticas nacionais de decisão lançaram o endogenismo em uma encruzilhada que tende a rachá-lo ao meio. De um lado, conforma-se um enfoque – no qual se inclui essa autora – que aceita que os fatores internos percam sua autonomia e se tornem, cada vez mais, uma expressão do externo e, de outro lado, desenha-se um perfil de pensamento que busca uma nova base social, de contornos cada vez mais populares, para afirmar as diretrizes nacionais e regionais de desenvolvimento.

Goldenstein (1998) considera que, entre os anos 1950 e 1980, o capital estrangeiro foi o principal fator de desenvolvimento e o amortecedor dos conflitos internos na América Latina. Seguindo o raciocínio de Fernando Henrique Cardoso, ela enfatiza o interno dentro do dilema entre desenvolvimento e dependência e afirma que o papel de amortecimento das tensões sociais, exercido pelo capital estrangeiro, foi modificado na década de 1990.

O ciclo de crescimento acelerado nos anos 50, conhecido como nacional-desenvolvimentismo, só teve a duração que teve graças ao financiamento externo que, em diferentes oportunidades, amorteceu as recentes crises do balanço de pagamentos e de inflação. Somente nos anos 80, quando o cenário internacional acelerava-se as transformações que acabariam por ser conhecidas como globalização, o modelo de crescimento brasileiro se esgotou, e o papel das transformações internacionais neste esgotamento tornou-se decisivo (GOLDENSTEIN, 1998, p. 131).

Segundo Goldenstein (1998), as transformações que vêm ocorrendo no âmbito do capitalismo internacional – a 3ª revolução tecnológica e a globalização financeira – apontam para um movimento de capital internacional que passa ao largo dos processos produtivos de certas economias periféricas, deixando de funcionar como amortecedor dos conflitos internos que emergem e ameaçam os padrões de desenvolvimento. Segundo a autora, a alternativa à crise e ao esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista é realizar reformas que abram a economia ao capital externo e estabilizem a moeda. Assim, impõe-se um novo modelo econômico para o Brasil – que tem como ponto de partida a globalização e se baseia na desregulamentação da circulação de capitais e mercadorias, na privatização e na estabilização monetária, para impulsionar os fluxos de capital externo, principalmente produtivos.

[...] todo processo depende da manutenção da economia aberta, para garantir o controle da inflação e da fuga de capitais. A manutenção da economia aberta exige, por sua vez, a existência de uma moeda forte, para garantir as importações e para impedir ataques especulativos contra sua moeda, ainda frágil. Para obter uma moeda forte existem dois caminhos: atrair capitais especulativos por meio de elevadas taxas de juros ou atrair capitais produtivos. No primeiro caso, atração de capitais especulativos, trata-se de um caminho perigoso, custoso e de curta duração. Os capitais especulativos saem do país ao perceber a fragilidade das economias que os estão atraindo. O caminho mais sólido é o da reestruturação produtiva, que garante uma inserção internacional menos frágil (GOLDENSTEIN, 1998, p. 134).

A chave da recuperação e da reinserção consiste em obter uma reestruturação produtiva em função das condições de rentabilidade capitalista que exijam os investidores internacionais, procurando (mas não impondo) que o novo fluxo desses investimentos sejam produtivos e não especulativos, como o são na atualidade. Na lógica de Goldenstein (1998), os setores populares ficam apenas em segundo ou terceiro plano. Os investidores especulativos ou produtivos virão na medida em que garantam altas taxas de retorno para operar no país – o que exige que este se ajuste aos interesses e demandas daqueles, e não aos do país e de sua respectiva população. Isso não surpreende, já que outra saída levaria à ponderação de outras forças sociais e políticas, como os trabalhadores e demais classes sociais oprimidas e exploradas pelo capital.

No trabalho “De volta ao capital mercantil”, Bresser-Pereira (1989) refere-se à obra *Formação do Brasil contemporâneo*, de autoria de Caio Prado

Júnior (2001), para argumentar que o Brasil, desde seu início, foi um país capitalista. Tal obra é citada a fim de salientar que o sentido geral da colonização é fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais, utilizando-se como organização básica de produção a grande exploração agrária capitalista: a *plantation*.

Caio Prado (2001, p. 11) afirma que o caráter mercantil da colonização marcará definitivamente a economia e a sociedade brasileiras. Embora já admitisse em 1942 que o Brasil “é um organismo em franca e ativa transformação”, declara todavia que o passado colonial continuará dominante tanto no plano econômico quanto no social: “salvo em alguns setores do país ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado caráter colonial”. Entretanto, é surpreendente que essa mesma visão do Brasil seja reafirmada 24 anos depois, em *A revolução brasileira*, não obstante o enorme processo de transformação econômica e social ocorrido no Brasil a partir principalmente de 1930. Segundo Caio Prado Junior (1978, p. 131),

[...] dois remanescentes do passado colonial ainda se fazem sentir no presente: [...] o caráter originário da economia brasileira, estruturada para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltado essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores; e [...] o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, e que conservam ainda muito acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada do passado colonial.

Segundo Bresser-Pereira (1989), a grande contribuição de Caio Prado Júnior foi, sem dúvida, ter identificado no caráter mercantil do período colonial as origens do subdesenvolvimento brasileiro. Depois da análise do sistema colonial realizada por Fernando Novais (um dos mais notáveis discípulos de Caio Prado), tornou-se definitiva a tese do caráter mercantil – baseado na acumulação primitiva – da colonização brasileira.

Ainda em seu trabalho, Bresser-Pereira (1989) ressalta as principais ideias de Caio Prado Júnior acerca de que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”; porque, para haver “restos”, deveria necessariamente preexistir um sistema “feudal” do qual esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, tal sistema feudal, semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo, em sua acepção própria, nunca existiu entre nós.

2

UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ABORDAGEM DO PCB E A DE CAIO PRADO JÚNIOR

Caio Prado Júnior argumenta que não houve, no Brasil, um movimento contra os interesses estrangeiros – o que significa que o imperialismo exerceu grande influência desde a Colônia, o Império, o surgimento da República e em épocas posteriores. Para reforçar esse argumento, o autor mostra que não existiu feudalismo (e, conseqüentemente, não houve uma luta contra a dominação estrangeira) e que o país sempre esteve subordinado aos países do centro desde a colonização.

As ideias do PCB têm por base a luta anti-imperialista e antifeudal, dado que o Brasil teria restos feudais e estaria atrelado à dominação do capital estrangeiro. Tais ideias valem-se de um caráter revolucionário contra a dominação imperialista, que se caracteriza pela ligação entre o capital e as empresas capitalistas. Elas estão vinculadas à situação dos países asiáticos e dos países latino-americanos; para essa corrente, tanto estes países quanto aqueles são caracterizados por um embrião de indústria – às vezes uma indústria desenvolvida, mas insuficiente (na maioria dos casos) para a edificação independente do socialismo.

Segundo o PCB, devido a essa caracterização das condições econômicas da América do Sul (onde se insere o Brasil), deveria ocorrer uma luta do povo contra a miséria, o atraso e a ignorância; uma luta contra a exploração e a opressão crescentes, voltada ao progresso e à democracia; e, principalmente, uma luta pela independência nacional contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Essa teoria defende a transição de uma fase feudal ou semi-feudal para a democracia burguesa e o capitalismo, consistindo em transformações pendentes que tratam de promover e realizar revolucionariamente, superando os restos semifeudais que ainda se incluem (como remanescentes do passado) na situação e conjuntura vigentes – desse aspecto, advém a revolução democrático-burguesa, agrária e antifeudal. Conforme observado antes, essa tese e essa teoria, em seus traços gerais, foram inspiradas (ou, ainda, se basearam fielmente) no modelo encontrado na literatura marxista clássica.

Caio Prado Júnior afirma, no entanto, que as ideias do PCB não são compatíveis com a realidade do Brasil. O autor enfoca a teoria da transição de um modo de produção para o outro, com base em Marx, para corroborar essa afirmação. A teoria de Marx sobre os passos em que o sistema iria convergir para o socialismo – do feudalismo para o capitalismo e, depois, do capitalismo pa-

ra o socialismo – não ocorreu no Brasil. Segundo Caio Prado, a esquerda no Brasil encontrou limitações, pois não conseguiu despertar e mobilizar, de maneira efetiva e revolucionariamente fecunda, as forças progressistas do país. E, assim, a ação revolucionária se reduziu de fato a pequenas minorias e se concentrou em acanhadas cúpulas que muito se agitavam dando a possível impressão – às vezes, e para aqueles que nelas se envolviam – de grandes acontecimentos; isso não significa, todavia, que as reformas socialistas (ou quaisquer referências ao socialismo) foram propostas.

Ao contrário da Rússia czarista (país “atrasado” do ponto de vista capitalista e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo), no Brasil não ocorreu o feudalismo. No quadro russo tão fielmente decalcado sobre modelos estranhos e distintos aos países cuja realidade se procurava interpretar revolucionariamente, introduziu-se um todo original, isto é, o anti-imperialismo: a revolução agrária e anti-imperialista, o quadro em que se incluiria a conjuntura revolucionária desses países. “Anti-imperialista” porque era oposta à dominação das grandes potências “capitalistas” e “agrária” porque se tratava de neles superar a etapa “feudal” em que, em maior ou menor grau, ainda se encontravam. Mas a questão enfatizada pelo autor é que no Brasil não houve feudalismo nem restos feudais; logo, as ideias de Caio Prado Júnior são opostas às do PCB.

Para defender tal argumento de que não houve feudalismo, Caio Prado analisa a estrutura agrária do país englobando o tipo de relação entre empregado e empregador, bem como o sistema de pagamento dos empregados. Para o autor, encontram-se no Brasil algumas vagas e aparentes semelhanças com o feudalismo (isso ocorre quando se lida com a complexidade extrema que são os fatos econômicos e sociais, em que é quase impossível não se repetirem alguns traços comuns, quaisquer que sejam as situações consideradas).

Na base dessas relações de trabalho e produção estabelecem-se as relações sociais, ou em outras palavras, as relações de classe: de um lado, a posição respectiva e relativa de senhores e proprietários e, de outro, camponeses e trabalhadores. E dessa situação decorre o conteúdo dos conflitos e das lutas de classe que vão desembocar e se centralizar na reivindicação camponesa pela libertação da sujeição ao senhor ou proprietário, assim como na livre disposição e utilização da terra pelo trabalhador, sem obrigação para com aquele senhor.

Essas lutas e reivindicações da massa camponesa existentes na Europa, de longa data, encontraram sua grande oportunidade somente na fase de transição para o capitalismo. Já no Brasil, esse processo não ocorreu, dado que nunca existiu feudalismo, segundo a visão de Caio Prado citada anteriormente.

Conforme Caio Prado Júnior, os países da América Latina sempre participaram, desde o início, do sistema capitalista; portanto, o capital teria instalado e estruturado a América Latina. As relações entre o imperialismo e os países do Cone Sul são complexas e não existe uma burguesia nacional e industrial que se oponha à burguesia mercantil e ao imperialismo. A presença do capital estrangeiro não é considerada pela burguesia brasileira como “imperialismo”. Se houve resistências, foram isoladas; entre a burguesia brasileira e o imperialismo, podem ter existido no máximo tensões pontuais. A burguesia brasileira nacional, anti-imperialista e progressista, não tem realidade no Brasil; assim, ao supor a existência de tal burguesia, o PCB teria cometido erros políticos irreparáveis.

A burguesia brasileira é heterogênea quanto à sua origem, mas homogênea quanto à natureza de seus interesses e negócios. Após a abolição, o sistema capitalista (que já era predominante) consolidou-se e uniformizou as relações de produção. Integrado, tal sistema leva ao fortalecimento da burguesia – uma classe homogênea, coesa, não cindida por contradições irreduzíveis. Os setores agrário e industrial não são antagônicos, são ligados (por exemplo, o capital que impulsionou a indústria é de origem cafeeira); portanto, esses setores se entrelaçam e conjugam seus interesses.

A burguesia brasileira não se opõe também ao imperialismo; ela se subordina como um todo ao sistema capitalista. A economia brasileira exportadora organiza-se, em íntima ligação e em estreita dependência, com o comércio internacional. Os representantes da burguesia brasileira e os do imperialismo entendem-se perfeitamente, já que o Brasil fora uma criação do capitalismo.

Desde a época do colonialismo, a burguesia brasileira nacional, anti-imperialista e progressista, nunca teve realidade no Brasil. Para reforçar seu argumento de subordinação do país desde essa época, Caio Prado Júnior analisa o estímulo das atividades brasileiras por meio das finanças internacionais. A ação direta dos interesses comerciais estrangeiros já se fazia sentir há muito tempo. Desde a colonização, o Brasil sempre foi capitalista, pois foi integrado à expansão mercantil da Europa e exportou para lá seus produtos primários, produzidos em latifúndios escravistas. A economia brasileira, portanto, nasceu como grande exploração comercial, criada pelo capitalismo mercantil europeu e voltada para o mercado externo.

O Brasil sempre compartilhou do mesmo sistema e das mesmas relações econômicas que deram origem ao capitalismo. O escravismo que predominou aqui não é incompatível com o modo de produção capitalista. A abolição da escravidão seria a culminação de um modo de produção já implantado desde

o início; a substituição da mão de obra escrava não afetou a natureza estrutural da grande exploração capitalista. No Brasil colonial, predominou a grande propriedade rural (que produzia para exportação) e não a pequena propriedade (que era utilizada por camponeses).

[...] países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 68).

O Brasil envolveu-se com empréstimos públicos desde os anos da independência e esses tiveram enorme papel em sua evolução, com iniciativas do capital estrangeiro em alguns setores privados (estradas de ferro, empresas de mineração, linhas de navegação etc.), e também com a participação de muitos estrangeiros nas atividades econômicas do país, ocupando sobretudo o comércio e a indústria. A ação dos interesses financeiros internacionais passou a ser progressiva, alastrando-se e infiltrando-se ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até colocá-la inteiramente a seu serviço.

Caio Prado Júnior destaca o estabelecimento de filiais dos grandes bancos estrangeiros (ingleses, alemães, franceses, norte-americanos e outros) na época da colonização e da independência do Brasil, assim como mostra o papel da dominação do capital estrangeiro na década de 1960, dando como exemplo a instalação da indústria automobilística. Mas o autor ressalta que a industrialização no Brasil teve caráter limitado, pois continua engendrada pela dependência colonial. A indústria substitutiva de importações – dominada pelo capital estrangeiro – não abre muitas perspectivas, porque apresenta um processo de industrialização limitado; o mercado interno é restrito; os capitais industriais são limitados e emprestados; sua tecnologia é sempre inferior. As empresas multinacionais produzem no interior para estarem mais próximas

de seus consumidores. Dessa forma, o imperialismo pode oferecer ao Brasil a perpetuação de seu estatuto colonial.

Assim, Caio Prado Júnior defende a intervenção do Estado na economia, reformando-a e limitando o grau de intervenção das potências imperialistas na soberania do Brasil – com medidas como a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras para fora do Brasil –, pois a interdependência das nações, promovidas pelo imperialismo, seria negativa para o Brasil.

3

UMA BREVE VISÃO COMPARATIVA ENTRE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E CAIO PRADO JÚNIOR

O objetivo desta seção é fazer uma análise comparativa entre Fernando Henrique Cardoso, sob o enfoque da teoria da dependência, e as ideias de Caio Prado Júnior. O que aproxima esses autores é: ambos são adeptos do marxismo e, ao mesmo tempo, são contra o marxismo denominado “vulgar” (que caracterizaria o PCB); são adeptos do marxismo “não vulgar”, que ressalta a questão da subordinação da burguesia nacional perante a burguesia internacional. Para Cardoso, só é possível entender a relação de classes por meio da análise da instalação do capital estrangeiro via multinacionais. O período da instalação do capital estrangeiro e o papel desempenhando por este no desenvolvimento econômico do Brasil são os pontos em que divergem os dois autores.

Fernando Henrique Cardoso foi influenciado por Florestan Fernandes – que ressalta o processo de surgimento da burguesia nacional com base nas oligarquias locais no período da colonização, e da aliança dessa burguesia com as oligarquias locais e com a burguesia internacional. Esse é o principal ponto da teoria da dependência de FHC.

O ponto de partida das concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – inseridas no marxismo mudado com contribuições da corrente weberiana – é o fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista, que pretendia criar as bases de um capitalismo autônomo na região (ideia essa defendida pela Cepal nas décadas de 1940 e 1950). Assim, o argumento central parte da crítica estabelecida por Cardoso e Faletto em relação ao estruturalismo cepalino.

Segundo esses autores, a perspectiva da Cepal – ao concentrar sua análise na questão da endogeneização do progresso técnico e da distribuição de renda – acabou incorrendo em um economicismo e em um reducionismo analítico tais que não permitiram que se aclarasse qual era de fato o problema das economias periféricas: a fragilidade concernente à conformação e à articulação das estruturas sociais, assim como a forma como seus interesses são representados no interior do Estado.

O desenvolvimento econômico nos países periféricos dependia, portanto, de uma estratégia diversa do “desenvolvimento para dentro”, uma vez que as modificações no sistema produtivo ocasionadas por este eram incapazes de resolver os problemas sociais e, em consequência, de criar uma sociedade dotada de autonomia política e econômica, com distintas condições de ordenar uma proposta de desenvolvimento. A descentralização da indústria do centro para a periferia por meio do capital estrangeiro traria o desenvolvimento para essas regiões; o que as fundamentaria sobre a produção da mais-valia relativa e não mais sobre o trabalho extensivo (mais-valia absoluta).

Ruy Mauro Marini é adepto da tese da superexploração imperialista, em que o imperialismo condenaria necessariamente as nações dependentes a uma situação de superexploração e de subdesenvolvimento. A estrutura do comércio internacional – em que esses países exportavam matérias-primas e ficavam na dependência dos capitais e da tecnologia das potências imperialistas – levava a um desequilíbrio. O imperialismo extraía excedente econômico, “mais-valia”, das nações em desenvolvimento por meio daquela estrutura, e essas nações, por sua vez, para compensarem sua perda, extraíam elas mesmas esse excedente à custa da exploração de seus trabalhadores e cidadãos, condenando-as à condição de subdesenvolvimento e pobreza (como ocorreu com o Brasil).

Nos textos de Fernando Henrique Cardoso, encontram-se passagens críticas contra Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos no que se refere à elevação da composição orgânica do capital e sua relação com a mais-valia relativa na obra de Marx, para comprovar, de um lado, a capacidade do capitalismo dependente se desenvolver e, de outro, a possibilidade de ele estabelecer um pacto social com os trabalhadores que fosse capaz de consolidar a democracia no país, suavizando a escalada dos antagonismos sociais por meio do desenvolvimento tecnológico. A apropriação de mais-valia e a superexploração do trabalhador seriam categorias que corresponderiam a etapas embrionárias do desenvolvimento capitalista.

Segundo Cardoso (1979), a maior contribuição da dependência e desenvolvimento centrava-se em sua abordagem teórica, isto é, a obra constituía um esboço conceitual e metodológico cuja novidade apresentada consistia na crítica ao estruturalismo cepalino (dualismo e determinismo econômico), ao estruturalismo-funcionalista, principalmente o etapismo rostowiano e ao marxismo vulgar.

A teoria da dependência traz uma nova interpretação a respeito da relação de dependência do Brasil, diferente da interpretação de Caio Prado Júnior. Essa diferença sob a óptica da exploração se resume na questão da mais-valia; o foco, para a teoria da dependência, é na mais-valia relativa e, para a interpretação anterior de Caio Prado Júnior, é na mais-valia absoluta. Assim, a dependência da década de 1960 não é a mesma dos períodos anteriores; esta é caracterizada pela forma de superexploração sob a óptica do mais valor absoluto, no qual o capitalismo se desenvolve à custa do subdesenvolvimento, superexplorando os trabalhadores de ambas as formas (com ou sem investimentos de capital na produção) e intensificando a participação do trabalho.

Logo, a análise da dependência na época da colonização não tem fundamento, segundo FHC (nesse ponto, o autor refere-se às multinacionais que exploram a mais-valia relativa com aumento de produtividade e não a mais-valia absoluta com aumento da jornada de trabalho e da exploração). Como exemplo, Cardoso (1979) cita a Rússia, onde o capitalismo desempenhou um papel “progressista”, provocando o desenvolvimento das forças produtivas e dinamizando as relações de produção.

Assim, um dos pontos de divergência entre ambos os autores é o período de análise da dominação do capital estrangeiro no Brasil: para Caio Prado Júnior, é mais extenso se comparado a FHC, pois engloba desde a colonização; já para FHC, o período de análise da dominação do capital estrangeiro ocorre desde a década de 1960.

Cardoso (1979) argumenta que, em épocas posteriores ao colonialismo, a partir do período do Império no século XIX, a nação foi se constituindo pela imposição de algum setor dominante de classe que, utilizando o apoio do Estado, incorporou mercados e impôs lealdades. No caso dos países dependentes da América do Sul, algum grupo economicamente dominante e politicamente dirigente tratou de impor uma dominação nacional às massas miseráveis, politicamente marginalizadas e culturalmente desprovidas. Dessa forma, o Estado foi o verdadeiro berço da nação.

Esse pano de fundo torna complexa a análise do jogo político das classes, em especial nos casos em que existe um processo de crescimento caracteriza-

do pela expansão simultânea do setor público e do setor econômico controlado por consórcios externos. O processo de formação nacional realizou-se com maiores possibilidades de êxito no caso das economias que se organizaram como base agrícola da economia metropolitana. Com efeito, tais possessões não só foram organizadas em torno de produtos “coloniais”, açúcar, café, cacau e outros produtos, indispensáveis para as economias centrais (Inglaterra), por razões diversas (climáticas, tecnológicas e outras) não lhes era possível autoabastecer-se, o que garantia às antigas colônias continuidade de mercado. Nesse tipo de colônia, constituiu-se uma elite econômica e política nativa que se apoiava no sistema produtivo local e era, de certo modo, idônea para dirigir um aparato estatal. A ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implicaram, portanto, um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local na América Latina.

Outro ponto de divergência entre ambos os autores é a relevância do capital estrangeiro no Brasil. Conforme descrito na seção anterior, Caio Prado Júnior argumenta que as multinacionais instaladas no Brasil não trouxeram progresso para o país, taxando o desenvolvimento do Brasil na década de 1960 como um processo limitado. Para Fernando Henrique Cardoso, o Brasil nos anos 1960 já realizava uma acumulação industrial capitalista, embora fosse um processo dependente. A associação com o imperialismo favoreceu o investimento interno em bens de capitais. Segundo Cardoso, a indústria brasileira foi capaz de se autoimpulsionar com o apoio do imperialismo. O capitalismo brasileiro, portanto, não tende à estagnação ou ao subcapitalismo, conforme ressalta Caio Prado Júnior.

4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por objetivo fazer uma comparação entre as ideias de Fernando Henrique Cardoso, adepto da teoria da dependência, e as de Caio Prado Júnior. Segundo este, no Brasil nunca houve restos feudais – o que significa que nunca houve feudalismo e, em consequência, nunca houve uma revolução anti-imperialista (fruto do feudalismo), como ocorreu na Rússia czarista.

As ideias de Caio Prado, portanto, são opostas às do PCB no tocante a igualar as mesmas condições de estrutura fundiária da realidade do Brasil e da América do Sul com a realidade dos países asiáticos. A cartilha do PCB

pregava que, no país, deveria ocorrer uma revolução antifeudal, dado que a América do Sul e os países asiáticos (no caso a Rússia czarista) apresentavam características similares, logo possuíam restos feudais e também ideias anti-imperialistas. Mas não existiu um caráter revolucionário da burguesia local brasileira perante o capitalismo externo, consoante a visão de Caio Prado Júnior; ao contrário, o Brasil sempre teve uma burguesia nacional atrelada ao imperialismo mundial na época da colonização e mesmo em épocas posteriores.

De forma semelhante, a teoria da dependência tem por enfoque o período de análise a partir da década de 1960 por ser incompatível com épocas anteriores, tendo em vista que a relação de subordinação do Brasil deveria ser por intermédio de investimentos externos (ou seja, das multinacionais) que exploram a mais-valia relativa e não por intermédio da exploração de mão de obra para extrair mais-valia absoluta – sendo esse o argumento da teoria da dependência para não analisar o período da colonização como época de subordinação da burguesia nacional.

Assim, observa-se que – quando o foco da análise é a teoria do PCB – a teoria da dependência e a abordagem de Caio Prado Júnior coincidem, ao afirmarem que a burguesia brasileira está subordinada aos interesses do capitalismo internacional e não tem por objetivo uma proposta de revolução anti-feudal e anticapitalista, conforme as teorias propostas pelo PCB..

Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C. De volta ao capital mercantil. In: D'INCAO, M. A. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDOSO, F. H. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GOLDENSTEIN, L. Repensando a dependência após o Plano Real. *Revista USP, Estudos avançados*, v. 12, n. 3, p. 131-165, maio/ago. 1998.

PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2001.